

# Governo acerta parte da dívida interna e retoma a negociação externa

O governo procura resolver, simultaneamente e com estratégias parecidas, suas dívidas interna e externa. Amanhã, o embaixador Jório Dauster, negociador oficial brasileiro, estará em Nova York para tentar um avanço na renegociação com os bancos credores; internamente, as debêntures da Siderbrás, no valor de US\$ 4 bilhões, acabam de ser renegociadas com prazo de pagamento de dez anos e 80% do principal a serem quitados nos últimos três anos. Além disso, os débitos atrasados de estatais e governo federal com o setor privado - estimados em US\$ 10 bilhões - estão sendo auditados e serão recompostos, segundo o secretário nacional da Fazenda, Geraldo Gardenali.

Há uma dívida permanente do setor público com o setor privado: ela não foi constituída neste governo e é usualmente *rolada*. No Ministério da Economia, entende-se que essa é uma maneira informal pela qual a área governamental obtém capital de giro. Após a renegociação das debêntures da Siderbrás - que não contou com a aprovação unânime dos seus credores (a exemplo de Citibank e Banespa), esses papéis deverão ser substituídos por LTNs (Letras do Tesouro Nacional), mas isto depende de aprovação do Legislativo. Essa transformação poderá permitir que as antigas debêntures - sob a nova roupagem

- passem a constituir títulos financiáveis nas carteiras de mercado aberto, ganhando liquidez.

## Aval do Fundo

Com os credores externos, o principal da dívida não é pago desde a década passada e só se discutem os juros - o Brasil deve cerca de US\$ 8 bilhões atrasados e os bancos querem receber pelo menos uma parcela. O avanço nas negociações é essencial para que o Fundo Monetário Internacional aprove um pedido de empréstimo de US\$ 2 bilhões feito pelo Brasil e apoiado pelo diretor gerente do FMI, Michel Camdessus. Os sócios principais do FMI - o chamado G-7, grupo das sete principais economias do mundo ocidental, a começar dos Estados Unidos - fizeram uma crítica formal ao Brasil na última reunião do FMI-Banco Mundial, no final de setembro, obrigando Camdessus a rever seu apoio.

A proposta original do Brasil aos credores externos, apresentada na primeira semana de outubro, com a troca por títulos vencíveis num prazo entre 15 e até 45 anos, poderá ser modificada - essa possibilidade começou a surgir quando o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, pediu o adiamento da votação da resolução 55 do Senado. Essa resolução estabeleceu limites à negociação.